

**ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER Nº 458/2023**

PROCESSO Nº 289-2023

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PA-
RA FORNECIMENTO DE MATERIAIS
E SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO
DE CALHAS, CUMEMEIRAS E POR-
TA DE FERRO, ATENDENDO A DE-
MANDA DA SECRETARIA DA EDU-
CAÇÃO, CULTURA, TURISMO E
DESPORTO. DISPENSA DE LICITA-
ÇÃO. POSSIBILIDADE**

O Senhor Secretário da Administração e Planejamento encaminhou a esta Assessoria, em 27/10/2023, os Autos do Processo nº 289/2023, a respeito da aquisição de materiais de construção e serviços, mais especificamente indagando sobre a possibilidade de contratação com dispensa ou inexigibilidade de licitação da empresa PEDRO ERMINDO CASTELLI METALURGICA E FUNILARIA PAI E FILHO, inscrita no CNPJ nº 36.233.420/0001-65, para aquisição e instalação de calhas, cumeeiras e porta de ferro.

Na data de 07/11/2013, emiti o seguinte parecer, que transcrevo, em parte, para evitar desnecessária tautologia:

“Analisando o valor orçado R\$ 13.888,15 (treze mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quinze centavos), entendemos se tratar da hipótese de DISPENSA DE LICITAÇÃO com base no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor é inferior ao limite de R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

Cumpre destacar que, para aferição do valor do limite de contratação direta por dispensa de licitação, necessário somar o valor das contratações de aquisições de mesmo objeto, consoante disposto no inciso II do § 1º do art. 75 da Lei 14.133/2021. Vejamos:

“§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

(...)

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.”

Ocorre que o somatório dos valores da aquisição de mesmo objeto, incluindo o valor pleiteado no presente feito, consoante certidão do Setor de Licitações, ultrapassa o limite de contratação direta por dispensa de licitação previsto no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, que é de, atualmente, R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

Assim, analisando o valor orçado R\$ 16.330,00 (dezesesseis mil, trezentos e trinta reais), entendemos não ser possível a contratação pretendida por afronta ao disposto no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.”

Aportou o Memorando Interno da Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto, datado de 01/12/2023, esclarecendo que a contratação da empresa se deu de forma emergencial, tendo em vista que no período de fortes chuvas que assolaram o Estado foi detectado grande número de goteiras na EMEF Rincão Seco. Novamente, transcrevo o referido memorando, para evitar desnecessária repetição:

“Esclarecemos que devido ao grande número de goteiras e infiltrações, que acontecem nos dias de chuva dentro das salas de aulas e demais dependências da escola localizadas no Pavimento 1, impossibilitam as atividades escolares, prejudicando a aprendizagem dos alunos e atrasando o fechamento do ano letivo, além de apresentar insegurança a toda comunidade escolar, devido a riscos com curto circuito, umidade e piso escorregadio. Outro fator a destacar, é o possível prejuízo ao erário público, visto que, a umidade e infiltrações podem danificar a estrutura interna da escola (fiação, pisos, paredes e móveis).

Diante do disposto foi necessário a contratação de serviços para confecção e instalação de materiais para substituição do telhado da edificação existente (antiga), realizando a troca das telhas, cumeeiras, instalação de calhas e aplicação de impermeabilizante para vedação do telhado e janelas.

Considerando que os valores apresentados estão constantes nos orçamentos e não vislumbramos prejuízos para a Administração Municipal. Identi-

ficamos sim uma necessidade de ação imediata para atender os alunos e o objetivo constitucional do direito a educação.

Conforme LDB nos artigos:

Art. 1º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

Art. 5º. O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo."

Assim, ante aos esclarecimentos prestados pela Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto, revejo meu anterior posicionamento e, analisando o caso concreto, entendo se tratar da hipótese de DISPENSA DE LICITAÇÃO com base no artigo 75, incisos VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual se colaciona a seguir:

Art. 75. É dispensável a licitação:

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

Consta dos Autos a devida consulta e reserva de dotação orçamentária para a contratação, havendo recursos disponíveis vinculados à Ação 2056 (Atividades de Ensino Fundamental), Despesa 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros - PJ) e 3.3.90.30 (Material de Consumo), Recurso 20 M D E-20 (Recursos não vinculados de impostos).

A documentação da empresa, que acompanha os presentes autos, está conforme determina a Lei 14.133/2021.

Pelo exposto, no entender desta Assessoria, analisadas as informações presentes nos Autos, estão atendidos os requisitos jurídicos para a contrata-

ção por DISPENSA DE LICITAÇÃO da empresa PEDRO ERMINDO CASTELLI METALURGICA E FUNILARIA PAI E FILHO, inscrita no CNPJ nº 36.233.420/0001-65, para fornecimento de instalação de calhas, cumeeiras e porta de ferro.

Este é, salvo o melhor juízo, o PARECER que submetemos à consideração superior.

Ibirubá-RS, 15 de dezembro 2023.



Eduardo Henrique Krammes,

Assessor Jurídico.

OAB/RS 121.756